

**1º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA
MACHADO E ESPINDOLA LTDA
CNPJ (MF) Nº 31.424.510/0001-10**

RICARDO MACHADO DE SOUZA, Brasileira, Casado, Comunhão Parcial, empresário, natural da cidade de Goiânia – GO, data de nascimento 31/12/1979, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH): nº 00762309593, expedida por DETRAN/GO em 24/04/2018 e CPF: nº 709.482.751-20, residente e domiciliado na cidade de Goianésia - GO, na Rua Nerópolis, s/nº, Quadra 30, Lote 07, Residencial Granville, CEP: 76382-325;

BRUNA ESPINDOLA ALMEIDA MACHADO, Brasileira, Casado, Comunhão Parcial, empresária, natural da cidade de Silvânia – GO, data de nascimento 02/11/1993, portador da Carteira de Identidade (RG): nº 6053012 2.a via, expedida por PC/GO em 14/03/2017 e CPF: nº 040.272.981-10, residente e domiciliado na cidade de Goianésia - GO, na Rua Nerópolis, s/nº, Quadra 30, Lote 07, Residencial Granville, CEP: 76382-325;

Únicos sócios componentes da sociedade empresarial limitada que gira sob o nome empresarial de MACHADO E ESPINDOLA LTDA, com sede à Rua 12 Oeste, nº 63, Quadra 226; Lote 04; Setor Sul, Goianésia - GO, CEP: 76382184, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o nº 52204717356 em 04/09/2018 e inscrita no CNPJ sob o nº 31.424.510/0001-10, RESOLVEM por este instrumento particular de alteração contratual, alterar o seu contrato social e alterações anteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

Cláusula 1ª - Da alteração do objeto social

A sociedade passa a ter por objeto, o exercício das seguintes atividades econômicas: SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, ATIVIDADES DE PSICOLOGIA E PSICANALISE E COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS.

Exercendo as seguintes atividades:

8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise

Cláusula 2ª – Da alteração do nome fantasia

A partir desta alteração, a sociedade terá como nome de fantasia: B & R CONSULTORIA.

Cláusula 3ª – Da alteração de endereço

A sociedade que vinha exercendo seus negócios na Rua 12 Oeste, nº 63, Quadra 226; Lote 04; Setor Sul, Goianésia, Goiás, CEP: 76382184, passa a fazê-lo agora no seguinte endereço: Rua 31, nº 448, Sala 4, Centro, Goianésia, Goiás, CEP: 76.380-031.

Cláusula 4ª - Da consolidação

Resolvem os sócios, promover a consolidação contratual como segue:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

A sociedade gira sob o nome empresarial de **MACHADO E ESPINDOLA LTDA**, e usa a expressão como nome fantasia **B & R CONSULTORIA**.

CLÁUSULA II - DA SEDE

A sociedade tem sua sede no seguinte endereço: Rua 31, nº 448, Sala 4, Centro, Goianésia, Goiás, CEP: 76.380-031.

CLÁUSULA III - DAS FILIAIS

A empresa poderá estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional ou fora dele, mediante alteração assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA IV - DO OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômica: SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, ATIVIDADES DE PSICOLOGIA E PSICANALISE E COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS.

Exercendo as seguintes atividades:

8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise

CLÁUSULA V - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades 04.09.2018 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA VI - DO CAPITAL (art. 997, III e art. 980-A, CC)

O capital é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), dividido em 80.000 (oitenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real), integralizadas em moeda corrente do país pelos sócios e distribuídos entre eles da seguinte forma:

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R\$	%
RICARDO MACHADO DE SOUZA	48000	48.000,00	60,00
BRUNA ESPINDOLA ALMEIDA MACHADO	32000	32.000,00	40,00
TOTAL:	80000	80.000,00	100,00

CLÁUSULA VII - DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o

consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA VIII - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA IX - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida em conjunto por, RICARDO MACHADO DE SOUZA e BRUNA ESPINDOLA ALMEIDA MACHADO que assinarão em conjunto e/ou isoladamente, todos com os poderes e atribuições de representar a empresa ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, autorizado o uso do nome empresarial, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, em negócios estranhos aos fins sociais em assuntos de interesse da sociedade, podendo assinar quaisquer documentos de comum acordo em todos os órgãos públicos, contrair empréstimos em estabelecimentos bancários.

§ 1º Fica facultada a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovada por 2/3 dos sócios, nos termos do art. 1.061 da Lei no 10.406/2002.

CLÁUSULA X - DO PRÓ LABORE

O administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, ajustada anualmente em comum acordo, dentro do limite estabelecido pela legislação do imposto de renda.

CLÁUSULA XI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

O exercício social será coincidente com o ano-calendário e a todo dia 31 de Dezembro de cada ano, será procedido o levantamento do balanço do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos

verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de capital, na forma prevista do artigo 1.065 do Código Civil. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA XII - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas. Em nenhuma hipótese a sociedade poderá continuar com apenas um sócio por mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XIII - DO DESIMPEDIMENTO

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade

CLÁUSULA XIV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Goianésia - GO, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que

será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás.

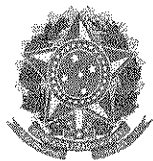
Goianésia - GO, 05 de julho de 2023

RICARDO MACHADO DE SOUZA

Sócio/Administrador

BRUNA ESPINDOLA ALMEIDA MACHADO

Sócio/Administrador



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MACHADO E ESPINDOLA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04027298110	BRUNA ESPINDOLA ALMEIDA MACHADO
70948275120	RICARDO MACHADO DE SOUZA



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/07/2023 15:18 SOB Nº 20231821557.
PROTOCOLO: 231821557 DE 06/07/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12310188541. CNPJ DA SEDE: 31424510000110.
NIRE: 52204717356. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 05/07/2023.
MACHADO E ESPINDOLA LTDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL

www.portaldoempreendedororgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2 e 1 NOME E SOBRENOME
BRUNA ESPINDOLA ALMEIDA MACHADO

1ª HABILITAÇÃO
24/01/2013

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
02/11/1993 SILVANIA/GO

4a DATA EMISSÃO
05/10/2023

4b VALEZIDE
05/09/2023

4c CATEGORIA
D

4d DDC IDENTIDADE / CNH EMISSÃO / UF
6053012 SSP GO

4e CPF
040.272.981-10

5 Nº REGISTRO
05696832131

5 CAT. FOR
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

6 ENDEREÇO
WAGNER ALMEIDA MLAGRE

7 ENDEREÇO
SILENE SANTÍSSIMA ESPINDOLA ALMEIDA



8 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
ACC	ACC	ACC	ACC	ACC	ACC	ACC	ACC	ACC	ACC
A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
A1	A1	A1	A1	A1	A1	A1	A1	A1	A1
B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
B1	B1	B1	B1	B1	B1	B1	B1	B1	B1
C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
C1	C1	C1	C1	C1	C1	C1	C1	C1	C1
D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
D1	D1	D1	D1	D1	D1	D1	D1	D1	D1
BE	BE	BE	BE	BE	BE	BE	BE	BE	BE
CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
C1E	C1E	C1E	C1E	C1E	C1E	C1E	C1E	C1E	C1E
DE	DE	DE	DE	DE	DE	DE	DE	DE	DE
D1E	D1E	D1E	D1E	D1E	D1E	D1E	D1E	D1E	D1E

12 OBSERVAÇÕES

UNIDADE REGISTRADA
PERMISSEÃO DE COND. - GO

ASSINATURA DO EMISSOR
74033643860
GO167764950

LOCAL
GOIANIA, GO

GOIÁS

2685370692

2685370692

IDENTIDADE PROFISSIONAL DE PSICOLOGO

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA

CPF 040.272.981-10

RG 6053012 2ª VIA - PC

DATA EXPEDIÇÃO 14/03/2017

UF GO

OBSERVAÇÃO

ASSINATURA DO PSICOLOGO

VALIDA EM TODOS OS ESTADOS DO BRASIL

CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
LEI Nº 5766/71

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA

REGIÃO 9ª INSCRIÇÃO CRP-09/013642 DATA DE INSCRIÇÃO 30/10/2019

JURISDIÇÃO GOIÁS VIA 1ª

NOME BRUNA ESPINDOLA ALMEIDA MACHADO

FILIAÇÃO Wagner Almeida Milagre Silene Santissima E. Almeida

NATURALIDADE SILVÂNIA/GO

NACIONALIDADE BRASILEIRA DATA NASCIMENTO 02/11/1993

LOCAL DE EXPEDIÇÃO GOIÂNIA-GO DATA DE EXPEDIÇÃO 19/11/2019

ASSINATURA DO CHANCELA MECÂNICA DO CRP
Wadson Santos Gama - Presidente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.424.510/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/09/2018
NOME EMPRESARIAL MACHADO E ESPINDOLA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) B & R CONSULTORIA		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 86.50-0-03 - Atividades de psicologia e psicanálise		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R 31	NÚMERO 448	COMPLEMENTO SALA 4
CEP 76.380-031	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO GOIANESIA
UF GO		
ENDEREÇO ELETRÔNICO BRUNAEPSCOLOGA@GMAIL.COM		TELEFONE (62) 8276-6234
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/09/2018
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/05/2025** às **12:05:09** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MACHADO E ESPINDOLA LTDA
CNPJ: 31.424.510/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:03:24 do dia 07/05/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/11/2025.

Código de controle da certidão: **3650.C20E.48E9.7036**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITO**

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 52160831

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:
MACHADO E ESPINDOLA LTDA

CNPJ
31.424.510/0001-10

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do art. 68 da Leinr. 14.133, de 01 de abril de 2021.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereço:

<https://goias.gov.br/economia/>

Fica ressaltado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.487.996.468

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 6 MAIO DE 2025

HORA: 9:24:28:7

MUNICÍPIO DE GOIANESIA
SECRETARIA DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRIBUTARIOS

INFORMAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

Nome: **MACHADO E ESPINDOLA LTDA**

CNPJ/CPF: **31.424.510/0001-10**

Insc.

355061

Endereço: **RUA 31 Nº 448 SALA 4, CENTRO, GOIANESIA / GO, CEP 76380031**

Certificamos, para os fins de direito que o Contribuinte acima citado, até esta data, não consta débito com os Tributos Municipais.

Ressalva: Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima citado, que vierem a ser apurados mediante futura verificação.

SEGURANÇA:

Validade **19/06/2025**

Emissão em: **Terça-feira 20 às 17:29:**

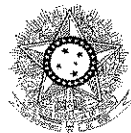
Certidão Número: **404724 / 2025 /**

Código de Validação: **11779404724**



A VALIDADE DESTE DOCUMENTO FICA CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO DE SUA AUTENTICIDADE NO PORTAL DA PREFEITURA OU ATRAVÉS DO ENDEREÇO ELETRÔNICO OU QR CODE

<https://aplicacoes.goianesia.go.gov.br/sig/app.html#/servicosonline/validacaocertidao>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MACHADO E ESPINDOLA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 31.424.510/0001-10
Certidão nº: 24978242/2025
Expedição: 06/05/2025, às 12:24:11
Validade: 02/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MACHADO E ESPINDOLA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **31.424.510/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 31.424.510/0001-10

Razão Social: MACHADO E ESPINDOLA LTDA

Endereço: R 31 448 SALA 4 / CENTRO / GOIANESIA / GO / 76380-031

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/05/2025 a 10/06/2025

Certificação Número: 2025051214495122730700

Informação obtida em 15/05/2025 16:44:15

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Governo do Estado de Goiás
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Universidade Estadual de Goiás




Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

CERTIFICADO

O Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a conclusão do curso de Pós-Graduação "Lato Sensu", especialização em **GESTÃO EM SAÚDE (POLO UAB GOIANÉSIA)** consoante os termos da Resolução CES nº 01 de 08 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação, outorga a **BRUNA ESPÍNDOLA ALMEIDA MACHADO** o presente Certificado, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Anápolis, 04 de novembro de 2019.


Dr. Everton Jizo Pedrosa
Pró-Reitor


Ms. Erica Diniz Ferreira
Coordenadora


Bruno Espíndola
Aluno (a)

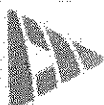




Faculdade Anhanguera de Anápolis

Decretada pela Portaria Ministerial nº 4.072 de 30/12/2002, publicada no D.O.U. de 31/12/2002.

Anhanguera



A Diretora da Faculdade Anhanguera de Anápolis, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Psicologia - Formação de Psicólogo, em 16 de dezembro de 2016 e Colação de Grau em 17 de março de 2017, confere o grau de

Doutora e

Marina Espínola Almeida

brasileira, natural do Estado de Goiás, nascida a 02 de novembro de 1993,

RG 6053012 - 66

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.
Anápolis - GO, 07 de abril de 2017

Diplomada

Marina Espínola Almeida

Carde
Vice-Reitor
Graduação

CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE INSCRIÇÃO

CERTIFICO, para fins de comprovação de regularidade de inscrição, que revendo os arquivos do Conselho Regional de Psicologia 9ª Região, com jurisdição no Estado de Goiás, verifiquei que o(a) profissional abaixo indicado(a) encontra-se habilitado(a) à prestação de serviços psicológicos a terceiros, apresentando, nesta data, a seguinte situação cadastral:

- PSICÓLOGO (A): **BRUNA ESPINDOLA ALMEIDA MACHADO**
- DATA DE INSCRIÇÃO: **30/10/2019**
- Nº DE INSCRIÇÃO: **CRP-09/013642**
- PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR: **Não há registro de aplicação de penalidade por infração administrativa, financeira ou por processo ético-disciplinar, com trânsito em julgado.**
- ANUIDADE: **Situação Regular.**
- ESPECIALIDADE: **Não Consta.**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações, ficando ressalvado o direito desta autarquia de apurar, constituir, inscrever e cobrar créditos tributários anteriores ou posteriores que venham a ser apurados contra o referido registro, inclusive no período compreendido nesta CERTIDÃO.

Válida somente a original, sem rasuras ou entrelinhas.

Validade da certidão: 30 dias após a emissão.

Goiânia, 13 de Abril de 2025.


Hamilton Corrêa Lima Junior
Coordenador de Cobrança do CRP-09

Certidão emitida pelo(a) funcionário(a) THIAGO AGUIAR em 13 de abril de 2025 e assinada conforme Portaria CRP-09 Nº 022/2019.



Estado de Goiás
Poder Judiciário
**TODAS AS COMARCAS
CERTIDÃO PARA LICITAÇÃO
PÚBLICA NEGATIVA**

SRA. (SR.) ESCRIVÃ(O) DO CARTÓRIO
DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE GOIANÉSIA,
ESTADO DE GOIÁS, NA FORMA DA LEI,
ETC.

CERTIFICA a requerimento da parte interessada que, revendo os registros do banco de dados informatizado do Sistema Processual Eletrônico do TJGO, **pesquisando as ações de Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, ME e EPP; Recuperação Extrajudicial; e Recuperação Judicial em andamento**, verifica-se **NADA CONSTAR** em nome de: **Identificação:**

Requerente : **MACHADO E ESPINDOLA LTDA**
CNPJ : **31.424.510/0001-10**
Domicílio :

Esta certidão não abrange a pesquisa de ações cíveis diversas das mencionadas acima.

NADA MAIS. É o que foi pedido para certificar, de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goiás, em 07 de maio de 2025.

Assinatura da(o) Escrivã(ao) Responsável
Goianésia - Distribuidor

Valor da certidão :R\$55,08
Valor da taxa judiciária :R\$19,17
Total: :R\$74,25
Data da receita :06/05/2025
Guia nº :7795612-5/50

Lucineide Petronilho dos Santos Lopes
– Analista Judiciária –
5028035

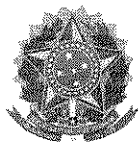


Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em

Assinado por LUCINEIDE PETRONILHO DOS SANTOS LOPES

Localizar pelo código: 109387655432563873750430809, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

47748545/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

MACHADO E ESPINDOLA LTDA

OU

CNPJ n. 31.424.510/0001-10

Certidão emitida em 06/05/2025, às 18:48:21 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Goiás.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Goiás (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 06/05/2025, às 06:55:54.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 47748545

Código de Validação: FE0D 4A1C 3942 5204 9157 00AA 88D2 0C52

Data da Atualização: 06/05/2025, às 06:55:54





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

47748475/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MACHADO E ESPINDOLA LTDA

OU

CNPJ n. 31.424.510/0001-10

Certidão emitida em 06/05/2025, às 18:45:33 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Goiás.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Goiás (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 06/05/2025, às 06:55:54.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 47748475

Código de Validação: 834C 1BEA F2F6 8868 876D 7514 F6B6 4059

Data da Atualização: 06/05/2025, às 06:55:54





Goianésia
JUNTOS, FAZENDO HISTÓRIA!

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº/2025
PROCESSO Nº

ANEXO II

MODELO DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

Ao Agente de Contratação de Goianésia - GO

Ref.: PEDIDO DE CREDENCIAMENTO – Edital de Chamamento Público nº 001/2025

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para atenderem no Centro de Referência Especializado em Cuidado (CREC), que tem como finalidade garantir o diagnóstico, acompanhamento e implementação de terapias no âmbito público para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Opositor Desafiador (TOD) e síndromes raras.

Prezado Senhor,

A Empresa Martha Oliveira Espíndola Ltda (razão social e de fantasia, se houver), _____
(preencher de acordo com a situação da empresa), CNPJ/MF nº 3142451080001-10,
com sede em R 33, N 425 Centro fone 62982366234, fax _____ com
sede em Goianésia, celular 62982366234 e e-mail brumaespindola@gmail.com após examinar
todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital em referência, apresentamos nosso pedido de
pré-qualificação para o credenciamento, nos termos consignados no citado ato convocatório e
seus anexos, com os quais concordamos plenamente, declarando que possuímos estrutura
disponível e suficiente com pessoal técnico adequado para a execução dos serviços ora
propostos.

Solicitamos o credenciamento para prestação dos serviços de Psicóloga no
município e Goianésia/GO.

Na oportunidade, indicamos como responsável técnico para execução dos serviços, o seguinte
profissional Bruma Espíndola..., cuja documentação técnica segue em anexo.

Comprometemo-nos a fornecer ao Município quaisquer informações ou documentos
eventualmente solicitados e informar toda e qualquer alteração na documentação referente à sua



Goianésia
JUNTOS, FAZENDO HISTÓRIA!

PAÇO MUNICIPAL LAURENTINO MARTINS RODRIGUES, PRAÇA CÍVICA, RUA 33 Nº 453 - ST. SUL
CEP 76382-205 - GOIANÉSIA, GOIÁS - FONE.: 62 3389.9400 - WWW.GOIANESIA.GO.GOV.BR

habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, relacionados às condições de credenciamento.

Estamos cientes de que a qualquer momento, o Município de Goianésia, poderá cancelar o credenciamento e que não há obrigatoriedade de contratação.

Declaramos ciência de que a contratação dos serviços constantes do Edital, não gera qualquer tipo de vínculo empregatício dos profissionais desta empresa com o Município, razão pela qual, arcaremos com todas as despesas de natureza previdenciária e trabalhista ou de eventuais demandas trabalhistas relativas aos profissionais selecionados para atendimento do presente credenciamento, inclusive com relação aos demais encargos incidentes sobre a prestação do serviço.

Por fim, DECLARAMOS que atendemos todas as condições necessárias para o credenciamento.

Goianésia - 10.05 de maio de 2025.

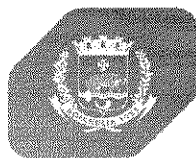
Bruna Espindola Almeida

(Identificação e assinatura da do representante da legal instituição)

ASSINADO: ORDEM ELETRÔNICA
RAIMUNDO DO CARMO RAPOSO

A autenticidade desta assinatura pode ser verificada em:
<http://cnpj.gov.br/validador-digital>





Goianésia
JUNTOS, FAZENDO HISTÓRIA!

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº/2025

PROCESSO Nº

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Beuma Espíndola Almeida, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 314245100.0001-10 com endereço comercial na Rua 33,425 - Centro, neste ato representada pelo seu Psicólogo Sr. Beuma Espíndola, inscrito no CPF/MF sob o nº 040272981-10 portador da CIC nº 040272981, para fins de participação do **Chamamento Público nº 002/2025** do Município de Goianésia/GO, **DECLARA** que:

- I - inexistem fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II - tem pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento dispensa realizado;
- III - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Por ser verdade firmamos a presente nesta data.

Cidade - UF, Go de 10 de maio de 2025.

Beuma B. Almeida

RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do Representante Legal

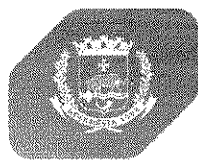
ASSINADO DIGITALMENTE
RAIMUNDO DO CARMO RAPOSO
A autenticidade deste e assinatura pode ser verificada em:
<http://www.go.gov.br/portal/assinatura-digital>



Obs.: Este documento é meramente exemplificativo devendo ser apresentado em papel timbrado da empresa proponente.



PÁCO MUNICIPAL LAURENTINO MARTINS RODRIGUES, PRAÇA CÍVICA, RUA 33 Nº 453 - ST. SUL
CEP 76382-205 - GOIANÉSIA, GOIÁS - FONE.: 62 3369 9400 - WWW.GOIANÉSIA.GO.GOV.BR



Goiânia
JUNTOS, FAZENDO HISTÓRIA!

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº/2025

PROCESSO Nº

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 68, VI, DA LEI 14.133/2021

E ART. 7º, INC. XXXIII DA CF

Beuma Espindola Almeida, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 3142451000001-10, com endereço comercial na Rua 33, 425 - Centro, neste ato representada pelo seu _____, Sr. Beuma Espindola, inscrito no CPF/MF sob o nº 040272981-10, portador da CIC nº 040272981-10, **DECLARA** para fins do disposto no art. 68, VI, da Lei n. 14.133/2021 e art. 7º, inc. XXXIII, da CF/88, e para participação do Chamamento Público nº 002/2025 do Município de Uruaçu/GO, que **não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.**

- **Ressalva:** () emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Por ser verdade, firmamos o presente nesta data:

Cidade - UF, Go de 10 de maio de 2025.

RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do Representante Legal

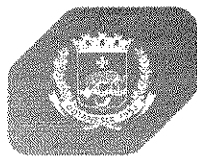
**Obs.: Este documento é meramente exemplificativo devendo ser apresentado em papel
timbrado da empresa proponente.**

ASSINADO DIGITALMENTE
RAIMUNDO DO CARMO RAPOSO
A autenticidade e a validade jurídica desta declaração são
garantidas pelo sistema de assinatura digital.

SERPRO



PALÇO MUNICIPAL LAURENTINO MARTINS RODRIGUES, PRAÇA CÍVICA, RUA 33 Nº 483 - ST. SUL
CEP 74382-293 - GOIÂNIA, GOIÁS - FONE.: 62 3389.9400 - WWW.GOIÂNIA.GO.GOV.BR



Goiânia
JUNTOS, FAZENDO HISTÓRIA!

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº/2025

PROCESSO Nº

ANEXO VI

MINUTA CONTRATUAL

Contrato nº/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/25 QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MINAÇU, POR
INTERMÉDIO DO(A) Bruno Espindola A
EMPRESA Machado e Espindola

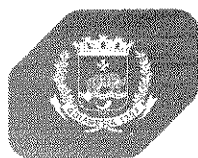
O MUNICÍPIO DE GOIÂNÉSIA, GOIÁS, por intermédio do Machado e Espindola, pessoa
jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 31.424.510.000-10, com sede na
R. 33, N.º 425, Centro, neste ato representado por seu Gestor, Sr.(a) Bruno Espindola
brasileiro(a), estado civil, profissão, inscrito no RG n.º 6053012..... e CPF n.
040.272.981-10, residente e domiciliado(a) em Goiânia na
R. Menepelis M. S., doravante denominado CONTRATANTE, e Bruno Espindola, com
sede na R. 33, N.º 425, inscrita no CNPJ/MF nº 31.424.510.000-10, neste ato
representada por seu Bruno Espindola, brasileiro, residente e
domiciliado em R. Menepelis, inscrito no CPF sob o nº
040.272.981-10, portador da Carteira de Identidade nº 6053012, doravante
denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, para prestação de serviços,
com amparo na Lei N.º 14.133 de 01 de abril de 2021, e demais legislação aplicável, mediante os
termos e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 O presente contrato é regido pelas disposições da Lei N.º 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais
legislação pertinente, do Edital de Chamamento Público nº 002/2025, do Processo



PACO MUNICIPAL LAURENTINO MARTINS RODRIGUES, PRAÇA CÍVICA, RUA 33 Nº 453 - ST. SUL
CEP 76382-205 - GOIÂNÉSIA, GOIÁS - FONE: 62 3389.9400 - WWW.GOIANESIA.GO.GOV.BR



Goianésia
JUNTOS, FAZENDO HISTÓRIA!

Administrativo nº. e da Inexigibilidade de Licitação n...../2025, fundamentada no art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DO VALOR

2.1 O objeto deste contrato é a prestação de serviços de, conforme termos e condições estabelecidos no Termo de Referência e na proposta do contratado.

ITEM	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN. DE MEDIA	QDT EST. MÊS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1						

2.2 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

2.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

2.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



Goianésia
JUNTOS, FAZENDO HISTÓRIA!

PAÇO MUNICIPAL LAURENTINO MARTINS RODRIGUES, PRAÇA CÍVICA, RUA 33 Nº 453 - ST. SUL
CEP 76382-205 - GOIANÉSIA, GOIÁS - FONE.: 62 3389.9400 - WWW.GOIANESIA.GO.GOV.BR

3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3.5. O presente contrato poderá ser prorrogado, na forma do 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, avaliação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Os valores a serem pagos pelos serviços prestados serão os previstos na Cláusula Segunda do presente instrumento.

6.3. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada por servidor responsável;

6.4. A nota fiscal/fatura deverá ser entregue pelo Contratado ao órgão solicitante da publicação. Para fins de pagamento, através de depósito bancário, o credenciado contratado, deverá informar previamente em papel timbrado, o nome e o número do banco, número da agência e o número da conta corrente.

6.5. Somente serão pagos os valores correspondentes aos serviços efetivamente realizados e declarados como regular a atestada pelo servidor indicado pelo Município;

6.6. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado;

6.7. As faturas que não estiverem corretamente formuladas, serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência ao credenciado contratado e o seu tempo de tramitação desconsiderado;

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado/...../2025.

7.1.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.1.2. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Cientificar a Assessoria Jurídica do Município para adoção das medidas cabíveis quando do

descumprimento de obrigações pelo Contratado;

I) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

j) A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

b) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

d) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- h) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- i) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- l) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- m) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- n) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- o) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças

nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congêneres.

p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

q) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

r) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

s) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

t) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

u) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

v) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4 **Multa:**

11.2.4.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.4.1.1 O descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais autoriza a Administração a promover a extinção do contrato, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

11.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

11.2.4.4 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

11.2.4.5 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 25% do valor do Contrato.

11.2.4.6 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.



Goiânia
JUNTOS, FAZENDO HISTÓRIA!

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.1 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.2 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa

jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.10. O contrato poderá ser extinto:

12.10.1. Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.10.2. Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.3 Os recursos atribuídos para a realização deste credenciamento correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:.....

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Qualquer alteração deste Contrato só poderá ser efetuada mediante Termo Aditivo;
15.2. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários na prestação de serviços, objeto deste contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em observância ao art. 125, da Lei 14.133/21. As supressões acima deste percentual poderão ocorrer mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO

16.1. Consideram-se integrantes do presente instrumento contratual, os termos do Edital de Chamamento Público nº/2025 e seus anexos, bem como Documento de formalização da demanda, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, e ainda, a proposta da Contratada no que couber, e demais documentos pertinentes, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro de Goianésia-GO, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e de comum acordo, as partes qualificadas assinam o presente contrato em 3



(três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Goianésia (GO), ..10.... demaio de 2025.....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO

Testemunhas:

1º Nome: _____
CPF: _____

2º Nome: _____
CPF: _____

ASSINADO DIGITALMENTE
RAIMUNDO DO CARMO RAPOSO
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://www.go.gov.br/assinatura-digital



PAÇO MUNICIPAL LAURENTINO MARTINS RODRIGUES, PRAÇA CÍVICA, RUA 93 Nº 453 - ST. SUL
CEP 76382-205 - GOIANÉSIA, GOIÁS - FONE.: 62 3389.9400 - WWW.GOIANESIA.GO.GOV.BR



Goiânia MUNICÍPIO DE GOIANESIA

ESPELHO DO ECONÔMICO

DADOS CADASTRAIS

INSC. MUNICIPAL:	355061	CONTRIBUINTE:	1235504 - MACHADO E ESPINDOLA LTDA
INSC. ESTADUAL:		CPF/CNPJ:	31.424.510/0001-10
DATA INSCRIÇÃO:	06/09/2018	INSC. MUNICIPAL ANT.:	
NT. JURÍDICA:	PRESTADOR DE SERVIÇOS	DATA BAIXA:	
DATA DO REGISTRO:		INSC. ÓRGÃO DE REGISTRO:	
DT. INI. ATIVIDADE:	04/09/2018	OPTANTE DO SIMPLES:	SIM
DT. INI. SIMPLES:	04/09/2018	DATA FIM SIMPLES:	
SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO:	NÃO	CONTADOR:	JOAO PAULO DA SILVA
ESTÁGIO:	ALTERAÇÃO	TEL.:	3353 2553
DESCRIÇÃO:		END.:	AVENIDA BRASIL N 346 SALA 07 LT. - QD. - N.º. - BAIRRO:
MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL:	NÃO		CENTRO COMPLEMENTO: - CIDADE: GOIANESIA - GO

ENDEREÇO ECONÔMICO

RUA 31 QD.: null LT.: null N.º.: 448 BAIRRO: CENTRO COMP.: SALA 4 CEP: 76380031

ENDEREÇO CORRESPONDÊNCIA

RUA 31 QD.: null LT.: N.º.: 448 BAIRRO: CENTRO COMP.: SALA 4 CIDADE: GOIANESIA - GO CEP: 76380031

ATIVIDADES DA EMPRESA

CÓDIGO	ATIVIDADE	RAMO	PRINCIPAL	DATA INI.	DATA FIN.	VALOR
4721102	Pedane e confeitaria com predominância de revenda		SIM	04/09/18	05/07/23	0,00
4781400	Comercio varejista de artigos do vestuario e acessórios		NÃO	05/07/23		0,00
8211300	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo		SIM	05/07/23		0,00
8599604	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		NÃO	05/07/23		0,00
8650003	Atividades de psicologia e psicoanálise		NÃO	05/07/23		0,00

SÓCIOS DA EMPRESA

NOME	CNPJ/CPF	DATA INI.	DATA FIN.	REPR. LEGAL	NÍVEL	COTA %
BRUNA ESPINDOLA ALMEIDA	040.272.981-10	04/09/18		SIM		0,00
RICARDO MACHADO DE SOUZA	709.482.751-20	04/09/18		SIM		0,00

INFORMAÇÕES DINÂMICAS

DESCRIÇÃO	VALOR
ALÍQUOTA T. LICENÇA	100,00
QTDE. T. LICENÇA	79,86
ALÍQUOTA T. PUBLICIDADE	0,00
QTDE. T. PUBLICIDADE	0,00
ALÍQUOTA ISSQN	0,00
QTDE. ISSQN	0,00
ALÍQUOTA VIG. SANITÁRIA	0,00
QTDE. VIG. SANITÁRIA	0,00
DIMENSÃO TOTAL (M²)	0,00
TIPO PESSOA	
RESPONSÁVEL	
SERASA E	

ISENÇÕES / IMUNIDADE

NÃO FORAM ENCONTRADOS ISENÇÕES / IMUNIDADES PARA ESSE ECONÔMICO

HISTÓRICO DE OCORRÊNCIAS

DATA	TIPO	OBSERVAÇÃO
04/09/2018	15 - Simples nacional - Enquadramento	

OBSERVAÇÕES

DATA	PROCESSO	OBSERVAÇÃO
05/07/2023	0	ASSINATURA ELETRÔNICA

SEGURANÇA:

Data da impressão: Terça-feira 06 Maio de 2025 às 14:10:27

Código de Validação: 1746551427294

A validade deste documento fica condicionada à verificação de sua autenticidade através do QRCode.

QRCode



MUNICÍPIO DE GOIANESIA
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

A MUNICÍPIO DE GOIANESIA, no uso de sua
atribuições legais,

CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, conforme processo protocolado nesta Secretaria, que o contribuinte 1235504 - MACHADO E ESPINDOLA LTDA, empresa B&R CONSULTORIA, CPF/CNPJ 31.424.510/0001-10, estabelecida à RUA RUA 31, Nº 448 SALA 4, Bairro CENTRO, com atividade de Padaria e confeitaria com predominância de revenda. Está inscrita no município desde 04/09/2018 com inscrição municipal número 355061.

SITUAÇÃO: EMPRESA ATIVA

DADOS BANCÁRIOS:

